

# Procedimentos de COMERCIALIZAÇÃO

---

## Módulo 1 – Agentes

### Submódulo 1.2 – Cadastro de agentes

---

### ÍNDICE

1. **INTRODUÇÃO**
2. **OBJETIVO**
3. **PREMISSAS**
4. **LISTA DE DOCUMENTOS**
5. **FLUXO DE ATIVIDADES**
6. **DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES**
7. **ANEXOS**

<b>Revisão</b>	<b>Motivo da Revisão</b>	<b>Instrumento de aprovação pela ANEEL</b>	<b>Data de Vigência</b>
1.0	Consulta Pública nº 05/2012	Despacho nº 3.215/2012	16.10.2012
2.0	Adequação à REN nº 583/2013 e demais ajustes	Despacho nº 4.881/2014	22.12.2014
3.0	Adequação ao Sistema Integrado de Gestão de Ativos (SigaCCEE)	Despacho nº 1.741/2015	01.06.2015
4.0	Adequação à REN nº 688/2015, REN nº 718/2016 e demais ajustes	Despacho nº 1.600/2016	17.06.2016
5.0	Adequação à REN nº 755/2016, REN 759/2017 e demais ajustes	Despacho nº 1.911/2017	30.06.2017

## 1. INTRODUÇÃO

Este Módulo estabelece as atividades relativas aos cadastros do agente, do Sistema de Medição para Faturamento - SMF no Sistema de Coleta de Dados de Energia - SCDE, de seus ativos na topologia e expressões contábeis no Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL.

## 2. OBJETIVO

Estabelecer as atividades necessárias aos cadastros do agente, cadastro do SMF no SCDE e SCL, assim como a utilização do SCDE e do SCL pelos agentes envolvidos, as etapas e os prazos relativos a este processo.

## 3. PREMISSAS

### Gerais

- 3.1. O agente é responsável pela veracidade, comprovação e atualização dos dados informados em seu cadastro, isentando a CCEE de qualquer responsabilidade sobre informação que tenha sido cadastrada erroneamente ou não atualizada.
  - 3.1.1. É responsabilidade do agente apresentar documentos válidos, vigentes e atualizados para manutenção e/ou atualização de seus dados cadastrais na CCEE, tidos como verdadeiros e aptos desde seu recebimento.
- 3.2. O agente deve manter atualizado o seu cadastro na CCEE, conforme estabelecido no Estatuto Social da CCEE e na Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, observadas as restrições legais e normativas, sendo certo que suas indicações serão suficientes para designar representantes, dispensando a CCEE de qualquer obrigação de verificação documental além daquela relativa ao representante que assina o Termo de Adesão, anexo ao Submódulo 1.1 – Adesão à CCEE.
- 3.3. Ao apresentar documentos assinados, é responsabilidade do agente garantir a validade e regularidade dos poderes do(s) signatário(s), cuja assinatura os vinculará às obrigações existentes no âmbito da CCEE.

3.3.1. Não é admitido ao agente alegar desconhecimento da assunção de quaisquer responsabilidades por seus representantes, cuja legitimidade é presumida sem a admissão de entendimento contrário, visto que os acessos (login e código) para uso dos sistemas são de caráter pessoal e intransferível do agente e/ou de seus representantes.

3.4. O agente é responsável pelo não recebimento de informações por seus respectivos contatos em razão de cadastros desatualizados, de ausências temporárias dos destinatários e de filtros anti-spam não identificados pelos e-mails emitidos automaticamente pela CCEE.

### **Cadastros de Agentes**

3.5. Para a inclusão, alteração ou exclusão dos dados cadastrais do agente ou candidato a agente, inclusive de seus representante(s) legal(is), procurador(es) ou administrador(es), quando for obrigatória a apresentação de documentos comprobatórios, o agente ou candidato a agente deve efetuar a solicitação e encaminhar os respectivos documentos à CCEE, por meio do Sistema de Gestão de Processos - SGP, porém a inclusão, alteração ou exclusão solicitada somente pode ser realizada pela CCEE.

3.6. Nos demais casos não contemplados na premissa anterior, o representante legal ou CCEE do agente ou candidato a agente deve realizar o cadastro de seus usuários/contatos diretamente no Autocadastro, localizado na área de Conteúdo Exclusivo, no site da CCEE. Futuras inclusões, alterações ou exclusões de dados mencionados nesta premissa devem ser realizadas diretamente na ferramenta.

3.6.1. A CCEE deve encaminhar aos novos usuários/contatos indicados pelo representante legal ou CCEE um *link* para criação de login e código de acesso à área de Conteúdo Exclusivo.

3.7. O agente ou candidato a agente deve indicar, no SGP, todos os seus usuários e/ou empresa que o representa que devem ter acesso aos sistemas da CCEE<sup>1</sup>, conforme as seguintes hipóteses: inclusão, alteração ou exclusão de usuários; atualização de perfil; indicação de seu representante operacional, caso aplicável.

<sup>1</sup> O acesso a determinados sistemas da CCEE ocorre por meio da validação de códigos de segurança (e-token). Os agentes que ainda utilizarem cryptocard devem informar à Central de Atendimento da CCEE a ocorrência de eventuais inconsistências ou extravios de seus dispositivos.

- 3.8. A CCEE trata como alteração cadastral de agente os casos de sucessão parcial sem o desligamento do agente sucedido. O agente sucedido deve encaminhar à CCEE o Termo de Sucessão Parcial de Agente, anexo a este Submódulo.
- 3.9. A CCEE deve ajustar os históricos de operações do agente sucessor e do agente sucedido conforme respectivos percentuais de sucessão de direitos e obrigações junto à Câmara.

### **Representação Operacional**

- 3.10. Qualquer agente da CCEE pode optar por ser representado nos termos das normas de regência, durante ou após seu processo de adesão, delegando poderes ao representante para, em seu nome e por sua conta, praticar todos os atos inerentes à operacionalização de seus processos na CCEE. Para tanto, deve encaminhar à CCEE o Termo de Representação Operacional, anexo a este Submódulo, por meio do SGP.
- 3.10.1. Os resultados de todas as operações são lançados em nome do agente representado.
- 3.10.2. Os usuários dos sistemas SCDE e SCL do representante são automaticamente vinculados como usuários do agente representado, conservando suas permissões de leitura ou edição originais.
- 3.11. Os sistemas da CCEE podem ser acessados de forma direta ou através de outros meios sistêmicos disponibilizados pela Câmara, conforme instruções específicas constantes em seu *site*.
- 3.11.1. Em caso de representação operacional, o agente representado autoriza que seu representante realize o acesso aos sistemas da CCEE por quaisquer meios indicados na premissa anterior.
- 3.11.2. A CCEE pode monitorar constantemente os acessos aos sistemas e adotar as providências cabíveis em caso de não utilização, mediante prévia comunicação ao agente.
- 3.12. A representação operacional de que trata este Submódulo não altera qualquer responsabilidade do representado perante a CCEE, que continua respondendo individualmente por todos os seus direitos e obrigações, especialmente em relação ao Sistema de Medição para Faturamento - SMF, incluindo-se a solicitação de mapeamento e parecer de localização, bem como o cadastramento e a manutenção dos pontos de medição no SCDE.

- 3.13. O agente representado pode realizar a alteração ou cancelamento da representação, não necessitando da anuência do representante. Para tanto, deve enviar à CCEE, por meio do SGP, novo Termo de Representação Operacional, e deve realizar os respectivos ajustes nos sistemas da CCEE, em atendimento à seção “Cadastros de Agentes” deste Submódulo.
- 3.14. O representante pode realizar o cancelamento da representação, não necessitando da anuência do representado. Para tanto, deve enviar comunicado formal ao agente representado e à CCEE, com antecedência mínima de trinta dias. Passado este período, automaticamente, o agente representado assume as atividades operacionais perante a Câmara, até que seja enviado por ele novo Termo de Representação Operacional indicando novo representante.
- 3.15. A CCEE, em hipótese alguma, em qualquer tempo ou sob qualquer condição, deve ser responsabilizada por questões relacionadas e/ou decorrentes da representação entre o agente representado e seu representante.
- 3.16. O agente representado pode manifestar, no Termo de Representação para Assembleia Geral, anexo a este Submódulo, interesse em ser representado nas Assembleias Gerais da CCEE por seu agente representante, devendo vigorar pelo prazo previsto no referido Termo, enquanto não houver substituição deste.
- 3.17. O agente também pode ser representado em Assembleias Gerais por:
- a) Seus representantes legais, indicados diretamente em seus documentos societários; ou
  - b) Procuradores devidamente constituídos por mandato com poderes específicos, que deve ser apresentado até o horário de início das Assembleias Gerais.

## Prazos

- 3.18. As solicitações de inclusão, alteração ou exclusão de dados cadastrais referem-se aos processos abaixo:
- a) Cadastro de agentes ou candidatos a agente;
  - b) Cadastro de pontos de medição no SCDE; e
  - c) Cadastro de ativos no SCL.

- 3.19. A CCEE tem o prazo de até 5du para analisar e responder a toda e qualquer solicitação do agente referente à inclusão, alteração ou exclusão de dados cadastrais, para os processos elencados na premissa anterior.
- 3.20. Todas as solicitações do agente que dependam de validação do agente concessionário devem ser por este analisadas e respondidas em até 5du.<sup>2</sup>
- 3.20.1. Em caso de descumprimento por parte do agente concessionário, a CCEE pode informar à ANEEL, por meio de relatório específico.
- 3.21. Todas as solicitações são analisadas e validadas pela CCEE para o mês de referência “M” caso sejam enviadas **sem pendências** até M-12du.
- 3.21.1. As alterações de cadastro dos pontos de medição do SCDE podem ser solicitadas a qualquer momento e são efetivadas pela CCEE em até 5du, desde que estejam em conformidade com os requisitos definidos neste Submódulo e se refiram, obrigatoriamente, a pontos já cadastrados no SCDE.
- 3.21.2. As solicitações para inclusão ou manutenção de perfil de agente podem ser realizadas a qualquer momento e são efetivadas pela CCEE em até 5du, desde que estejam em conformidade com os requisitos definidos neste Submódulo e se refiram, obrigatoriamente, a agentes já aderidos à CCEE. As operações a serem realizadas através deste perfil seguem os prazos estabelecidos nos Procedimentos de Comercialização aplicáveis.
- 3.22. Em caso de alteração de ativos no SCL, decorrente de decisão da ANEEL ou de demais órgãos competentes, o agente deve solicitar a alteração até 5du contados da data da publicação do ato.
- 3.22.1. Caso o referido prazo não seja atendido, a CCEE deve abrir a solicitação de ofício em nome do agente e informar à ANEEL sobre o descumprimento da obrigação do agente, por meio de relatório específico, com exceção dos atos regulatórios de aplicação facultativa ao agente<sup>3</sup>. Nesse caso de exceção, se o agente não cumprir o prazo previsto na premissa 3.22, está sujeito aos prazos previstos na premissa 3.21.

<sup>2</sup> As premissas 3.20 e 3.20.1 têm até 31 de outubro de 2017 para ter eficácia, conforme Despacho nº 1.911/2017.

<sup>3</sup> Para os atos regulatórios de aplicação facultativa ao agente (ex.: concessão de desconto na TUSD/TUST), não cabe à CCEE abrir a solicitação de alteração de cadastro do ativo de ofício em nome do agente. Caso seja de seu interesse, o próprio agente deve solicitar a referida alteração.

- 3.22.2. A CCEE pode solicitar ao agente informação ou documentação adicional que entenda necessária para a análise e efetivação de seu cadastro, sendo válidas as mesmas premissas de prazos deste Submódulo para o novo envio.

## **Cadastros no Sistema de Coleta de Dados de Energia – SCDE**

### **Sistema de Medição para Faturamento - SMF**

- 3.23. Observados os Procedimentos de Rede, o PRODIST e demais normas de regência, a implantação do SMF deve compreender as seguintes etapas: solicitação do parecer de localização na CCEE, elaboração e aprovação de projeto de medição em conformidade com tais Procedimentos, montagem dos equipamentos, estabelecimento de link de comunicação com a CCEE para acesso aos medidores principal e retaguarda, comissionamento e cadastro dos pontos de medição no SCDE.

- 3.23.1. Para compor o SMF de novas conexões ao sistema de distribuição, a instalação do medidor retaguarda é facultativa aos candidatos a agente e agentes na condição de:
- i) consumidores especiais; ii) consumidores livres; iii) distribuidoras; e iv) centrais geradoras não programadas nem despachadas centralizadamente.

- 3.23.2. Os consumidores especiais e livres que optarem pela instalação do medidor retaguarda estão obrigados a arcar com os custos de eventual substituição ou adequação do equipamento.

- 3.23.3. Os pontos de medição já cadastrados no SCDE com medidor retaguarda de consumidores especiais, consumidores livres, distribuidoras e centrais geradoras não programadas nem despachadas centralizadamente devem permanecer com o referido medidor, inclusive quando da realização das manutenções preventivas ou corretivas realizadas no SMF pelo agente responsável.

- 3.24. A relação atualizada dos medidores compatíveis com a plataforma de coleta (SCDE) está disponível no site da CCEE.

- 3.25. A instalação do SMF deve observar o disposto no Módulo 12 dos Procedimentos de Rede - Submódulo 12.2, bem como no Módulo 5 do PRODIST, além dos requisitos mencionados nas premissas seguintes deste Submódulo.



3.26. Quando necessário, o agente deve providenciar o desenvolvimento do *driver* de comunicação do medidor diretamente com seus fornecedores/fabricantes, devendo fornecer a documentação detalhada. A CCEE não será responsável por futuras manutenções e atualizações necessárias.

### **Parecer de localização**

3.27. O representante SCDE ou representante CCEE do agente responsável pela instalação do SMF deve solicitar, por meio do SGP, o Parecer de Localização, encaminhando uma descrição sucinta do empreendimento, o diagrama unifilar da instalação, o ato de outorga do Poder Concedente (no caso de empreendimentos de geração) e o Parecer de Acesso emitido pelo ONS ou pela distribuidora, conforme o caso.

3.28. O agente responsável que tem participação facultativa na CCEE e não possui acesso ao SGP deve entrar em contato com a Central de Atendimento da CCEE e solicitar a criação de perfil Não Agente.

3.29. O diagrama unifilar, documento integrante das informações cadastrais, deve conter a indicação do ponto de medição, dos transformadores de potencial e corrente com as relações de transformação disponíveis, o ponto de conexão com a rede da concessionária e a indicação das conexões até a Rede Básica, e deve ser disponibilizado com extensão de arquivo PDF ou DWG.

3.30. Se e quando julgar necessário, a CCEE pode solicitar ao agente informações adicionais para a elaboração e/ou revisão do Parecer de Localização.

3.31. Havendo divergência entre as informações encaminhadas pelo agente e seus respectivos atos autorizativos, a divergência pode ser superada pela apresentação do Parecer de Acesso relacionado com o Despacho ANEEL nº 4.309, de 4 de novembro de 2014, e do pedido de alteração de outorga protocolado na ANEEL. Nos demais casos, a emissão do Parecer de Localização será postergada pela CCEE até que a divergência seja sanada.

3.32. O agente deve solicitar à CCEE a revisão do Parecer de Localização em decorrência de alteração de norma regulatória pertinente, do ato de outorga do Poder Concedente, de configuração elétrica das instalações de uso exclusivo, compartilhado e/ou do sistema elétrico, devendo fornecer toda documentação necessária para a revisão pretendida, nos termos das premissas desta seção.

### **Conexão ao Sistema de Coleta de Dados de Energia - SCDE**

- 3.33. Considerando os requisitos da seção “Sistema de Medição para Faturamento - SMF”, os Procedimentos de Rede e o PRODIST, o agente de medição deve providenciar a conexão dos medidores ao SCDE, iniciando o processo pelo estabelecimento da *Virtual Private Network*–VPN.
- 3.34. A infraestrutura de comunicação existente entre o roteador de acesso do agente e o medidor é considerada “Rede de Dados do Agente”, sendo de integral responsabilidade do agente a escolha das tecnologias, dos meios de comunicação, bem como a implementação, manutenção e operação desta infraestrutura.
- 3.35. O canal de comunicação da Rede de Dados do agente, referenciada no item anterior, escolhido pelo agente para se comunicar com a CCEE, deve estar aderente com os meios de comunicações conforme Arquitetura de Comunicação, definida no Módulo 12 dos Procedimentos de Rede. Deve permitir a transferência de dados em uma taxa mínima de transmissão compatível com os pacotes (blocos) de dados e:
- a) O meio de comunicação deve ser dimensionado de modo a garantir a coleta de 32 (trinta e dois) dias do fluxo de energias ativa e reativa nos dois sentidos, em kWh e kVarh, tensões e correntes RMS (*Root Mean Square*) em volts e ampères respectivamente, fluxos de energias compensadas ativa e reativa nos dois sentidos, em kWh e kVarh, considerando o intervalo de integração de cinco em cinco minutos. O tamanho do pacote pode variar de acordo com o medidor e o protocolo;
  - b) Deve garantir o acesso simultâneo e a coleta de trinta e dois dias de dados de todos os medidores conectados ao canal de comunicação;
  - c) Para tipos de canais de comunicação cujos timeouts sejam elevados, tais como as conexões via satélite, o link VPN é estabelecido entre a CCEE e o provedor de acesso;
  - d) Além do cálculo de medidores versus largura de banda, o agente deve realizar testes de coleta aos medidores com a finalidade de verificar a viabilidade da conexão ou a necessidade de redimensionamento de banda.

### **Cadastro do SMF (ponto de medição) no SCDE**

- 3.36. O agente responsável pelo SMF (agente de medição) deve cadastrar as informações do ponto de medição diretamente no SCDE.
- 3.37. Os medidores devem estar parametrizados considerando os intervalos de integração de cinco em cinco minutos e o horário do SCDE que é sempre GMT - 3 (*Greenwich Mean Time* menos três), independente do fuso horário ou horário de verão, com vistas a atender ao Submódulo 12.3 dos Procedimentos de Rede ou Módulo 5 do PRODIST, conforme o caso.
- 3.38. No ato do cadastro do ponto de medição, caso haja atualização, o agente de medição deve anexar o diagrama unifilar atualizado com as informações do ponto de medição cujo projeto tenha sido aprovado, obedecendo os critérios estabelecidos neste Submódulo.
- 3.39. Para as unidades consumidoras especiais, livres, distribuidoras e centrais geradoras não programadas nem despachadas centralizadamente, conectadas à rede de distribuição, a comprovação da conclusão das etapas de aprovação do projeto e do relatório de comissionamento pelo agente responsável se dá pela solicitação e efetivação do cadastro do ponto de medição no SCDE.
- 3.40. Nos demais casos não previstos na premissa anterior, a aprovação do relatório de comissionamento pelo ONS é requisito para a efetivação do cadastro do ponto de medição no SCDE, com exceção dos casos de instalações, equipamentos e usinas em operação de teste.
- 3.41. O valor a ser cadastrado como "Capacidade Nominal" do ponto de medição é o valor de sua demanda máxima horária, em MW, prevista em cada sentido de fluxo de potência, que deve ser compatível com o Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD ou Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, incluindo aqueles agentes que realizaram a contratação de reserva de capacidade.
- 3.42. Os valores de Capacidade Nominal cadastrados para cada ponto de medição são utilizados no processo de consolidação em base horária dos dados coletados. Os valores horários de energia ativa cuja demanda ultrapassar em mais de 25% da Capacidade Nominal (Consumo e/ou Geração) cadastrada são rejeitados, e esses intervalos horários constarão como inconsistentes/fora de tolerância e considerados como "faltantes", não sendo utilizados no processo de contabilização.

- 3.43. Caso o agente responsável pelo SMF opte pela coleta de dados de medição por meio de sua Unidade Central de Coleta de Medição - UCM, deve instalar na sua UCM o aplicativo Client SCDE, e ter efetivado o cadastro de pelo menos um ponto de medição relacionado a esta UCM.
- 3.44. As inclusões ou alterações de cadastro de pontos de medição do SCDE somente passam a vigorar a partir de sua validação pela CCEE, nos termos da seção “Prazos” deste Submódulo.
- 3.44.1. Para os casos de inclusão de cadastro de ponto de medição, a coleta dos dados de medição deve ocorrer desde o primeiro dia do mês para o qual o Agente ou candidato à Agente está solicitando seu cadastro no SCDE.
- 3.45. A transferência de responsabilidade pelo SMF de um agente de medição para outro somente é autorizada pela CCEE mediante o envio do Termo de Alteração de Agente de Medição do SCDE, anexo a este Submódulo, por meio de correspondência à CCEE.
- 3.46. O agente de medição do SCDE deve executar as atividades previstas no Módulo 12 dos Procedimentos de Rede ou no Módulo 5 do PRODIST, conforme o caso, e eventuais alterações de dados cadastrais no SCDE.

### **Cadastros no Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL**

- 3.47. As solicitações de inclusão, alteração ou exclusão de cadastro de ativos devem ser realizadas por meio do Sistema Integrado de Gestão de Ativos - SigaCCEE, devendo ser preenchidas todas as informações requeridas pelo sistema e/ou por este Submódulo, nos prazos previstos em seção específica.
- 3.47.1. As solicitações mencionadas na premissa anterior devem ser validadas no SigaCCEE pelo agente concessionário, nos prazos previstos neste Submódulo, quando aplicável.
- 3.47.2. O agente proprietário, quando do preenchimento das informações na respectiva solicitação, deve respeitar os atos regulatórios vigentes e, sempre que necessário, anexar os documentos comprobatórios para validar tais informações, de acordo com os formatos de arquivos exigidos pelo próprio sistema.
- 3.48. Para a continuidade das solicitações de cadastro de ativo, a elaboração do Parecer de Localização dos pontos de medição envolvidos na solicitação deve estar finalizada.

3.49. São documentos obrigatórios para a aprovação do processo de modelagem do ativo conectado na Rede Básica ou em concessionária/permissionária não agente da CCEE, devendo ser enviados à CCEE por meio do SigaCCEE:

- a) CUST ou CUSD assinado (para os demais casos, a informação do MUSD deve ser validada pela concessionária no SigaCCEE);
- b) Faturas de energia/contas de fornecimento dos últimos meses de consumo cativo.<sup>4</sup>

3.50. Nos casos de migração para o Ambiente de Contratação Livre em meses posteriores à aprovação da solicitação de modelagem, os dados de histórico de consumo dos meses faltantes<sup>5</sup> devem ser atualizados pelo agente proprietário e validados pelo agente concessionário no SigaCCEE em tempo hábil para que sejam considerados para o mês de referência dos processamentos do cálculo de cotas do PROINFA, Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits – MCSD e outros processamentos que os utilizem.<sup>6</sup>

3.50.1. Caso tais informações não sejam atualizadas, são considerados os dados de histórico de consumo disponíveis, preenchidos à época da solicitação, para a realização dos referidos processamentos.

3.51. As solicitações de inclusão, alteração ou exclusão de cadastro de ativo sem qualquer<sup>7</sup> interação das partes interessadas no SigaCCEE são canceladas automaticamente após seis meses da última interação.

3.52. O Agente Proprietário do ativo é responsável por realizar a solicitação de inclusão, alteração ou exclusão de dados cadastrais no SigaCCEE, podendo tal solicitação ser cancelada e/ou resgatada<sup>8</sup> pelo Agente Proprietário até a etapa "Em Aprovação".

3.53. O agente deve solicitar a alteração ou exclusão de cadastro de ativo utilizando como base a solicitação vigente<sup>9</sup>, para a data de início de vigência desejada.

<sup>4</sup> A premissa 3.49 "b" tem até 31 de outubro de 2017 para ter eficácia, conforme Despacho nº 1.911/2017.

<sup>5</sup> Meses compreendidos entre a data de aprovação da solicitação de modelagem pela CCEE e a data de migração.

<sup>6</sup> As premissas 3.50 e 3.50.1 têm até 31 de outubro de 2017 para ter eficácia, conforme Despacho nº 1.911/2017.

<sup>7</sup> Ressalta-se a importância da diligência do agente solicitante.

<sup>8</sup> Solicitação resgatada é aquela que ainda pode ser editada pelo Agente Proprietário, até a etapa "Em Aprovação".

<sup>9</sup> Solicitação vigente é aquela já concluída pela CCEE, que produz efeitos num determinado momento.

- 3.54. Sem prejuízo das responsabilidades do agente, na conclusão de uma solicitação de alteração ou exclusão de cadastro de ativo, caso exista(m) solicitação(ões) com data de início de vigência futura já concluída(s), a CCEE procederá com a anulação da(s) solicitação(ões) com data de início de vigência futura, mas também informará ao agente da necessidade de efetuar nova solicitação com data de início de vigência futura.
- 3.55. Devido à possibilidade de resgate da solicitação, o agente pode realizar somente uma solicitação de inclusão, alteração ou exclusão de cadastro por ativo por vez, considerando que, para efetuar uma nova solicitação no sistema, o agente deve aguardar o encerramento pela CCEE da solicitação anterior.
- 3.56. Caso seja necessário realizar alterações de dados cadastrais que possuam início de vigência com datas distintas, as solicitações de alteração de modelagem devem ser realizadas separadamente, em ordem cronológica, observado o disposto na premissa anterior.
- 3.57. A CCEE deve realizar o cadastro da topologia do sistema elétrico, cadastro dos ativos, parcelas de ativo e expressões contábeis, com base nas informações fornecidas pelos agentes através do SigaCCEE, nos diagramas unifilares e atos regulatórios vigentes.
- 3.58. As solicitações de alteração de cadastro de ativos que não precisem ser validadas pelo Agente Concessionário são diretamente analisadas pela CCEE, mas, neste caso, a CCEE deve sempre informar ao agente.
- 3.59. Em caso de transferência de propriedade de ativos, o proprietário do ativo deve indicar, na solicitação de alteração de cadastro, a data da transferência e o agente ou candidato a agente que será o futuro proprietário (agente sucessor). A partir da concordância do agente sucessor, este será o responsável por dar continuidade à solicitação de alteração de cadastro aberta, atendendo aos prazos disciplinados neste Submódulo, para que a transferência possa ser concluída.
- 3.60. A solicitação de exclusão ou transferência do único ou último ativo sob propriedade de um agente (exceto comercializadores) somente pode ser aprovada pela CCEE mediante pedido do interessado para desligamento voluntário, nos termos da regulação vigente.
- 3.60.1. No caso da premissa anterior, a efetivação da exclusão ou transferência do ativo pela CCEE somente será realizada após deliberação do processo de desligamento pelo Conselho de Administração da CCEE - CAd.

- 3.61. Em regra, as interações no SigaCCEE entre os agentes envolvidos não sofrerão influência da CCEE, a qual apenas analisará o pedido a partir do envio da solicitação de inclusão, alteração ou exclusão de cadastro para aprovação da CCEE, obedecidos os prazos constantes neste Submódulo.
- 3.62. Qualquer negativa de item analisado pelo agente sucessor, concessionário/distribuidora ou pela CCEE deve ser devidamente justificada.
- 3.63. Para a solicitação de inclusão, alteração ou exclusão de cadastro de ativo no SCL ser aprovada pela CCEE, tal solicitação não deve apresentar qualquer pendência com relação a outras modelagens e/ou aos demais processos que possam impactá-la, previstos nos Procedimentos de Comercialização.
- 3.64. A CCEE pode, em razão de alterações de Regras, Procedimentos de Comercialização ou demais normas regulatórias, realizar a inclusão, alteração ou exclusão de um ativo, mesmo sem a solicitação do agente, sendo que nesses casos deve informar aos agentes impactados a respeito da ação realizada.
- 3.65. A CCEE pode realizar a alteração compulsória do cadastro do ativo de um agente, na ocorrência das situações abaixo, devendo informar o agente impactado sobre a alteração, com os devidos fundamentos.
- a) Adesão à CCEE de concessionários, permissionários, autorizados ou detentores de registro de geração, com participação facultativa;
  - b) Início da modelagem, pelo Agente Comercializador de Energia do Proinfa, de ativos de geração de agentes de participação facultativa na CCEE, que optou por aderir, comprometidos com o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa;
  - c) Adequação na topologia;
  - d) Demais casos específicos, em decorrência de atos emitidos por órgãos ou entidades da Administração Pública, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

- 3.66. É responsabilidade do agente que comercializar energia oriunda de fontes incentivadas solicitar, por meio de um chamado via Central de Atendimento, e conforme sua necessidade, a criação de perfis de agente para possibilitar o cadastro de ativos de geração ou a comercialização de energia para cada tipo de incentivo (desconto na TUSD/TUST e/ou energia especial).
- 3.67. Os ativos participantes de uma instalação compartilhada e, conseqüentemente, os pontos de medição associados a esses ativos, não serão excluídos enquanto existirem, nessa instalação, ativos de terceiros que estejam modelados na CCEE.

### **Comunhão de interesses de fato ou de direito**

- 3.68. Somente o representante das unidades consumidoras reunidas por comunhão de interesses de fato ou de direito deve ser agente da CCEE.
- 3.69. O representante da comunhão deve estar declarado conforme consta no Termo de Instituição de Comunhão de Fato ou de Direito, anexo a este Submódulo.
- 3.70. Para a instituição de comunhão de fato ou de direito, o agente representante da comunhão deve realizar a inclusão ou alteração de dados cadastrais da comunhão, bem como enviar o respectivo Termo à CCEE e o documento que expresse a demanda de energia contratada (CUSD), por meio de sistema específico.
- 3.71. Antes de solicitar a inclusão, manutenção ou desativação de uma unidade consumidora pertencente a uma comunhão de interesse de fato ou de direito via SigaCCEE, o agente deve atualizar o cadastro da comunhão no SGP.
- 3.72. Caso a CCEE identifique que as mudanças decorrentes das solicitações da premissa anterior resultam na perda de requisito legal relacionado com a comunhão de interesse de fato ou de direito, deve informar o fato à ANEEL com os detalhes necessários e suficientes.

### **Geradores**

- 3.73. Os agentes geradores devem solicitar a alteração do cadastro do ativo decorrente de decisão da ANEEL ou demais órgãos competentes por meio do SigaCCEE, nos prazos mencionados neste Submódulo.



- 3.74. Os agentes geradores podem solicitar inclusão ou alteração de ativo, a seu critério, em novo perfil ou no perfil existente para o cadastro de usinas, respeitando os critérios de modelagem dispostos em Regras e Procedimentos de Comercialização, bem como nos demais normativos vigentes.
- 3.75. Antes do início de suprimento de um empreendimento comprometido em leilão, o agente vendedor deve solicitar a alteração de modelagem de ativo no SigaCCEE, de acordo com os prazos estabelecidos neste Submódulo, devendo complementar ou atualizar as informações referentes ao seu ativo, inicialmente inseridas no momento da sua adesão, nos termos do Submódulo 1.1 - Adesão à CCEE.
- 3.76. Para os agentes cujos empreendimentos apresentem reincidência na verificação de ultrapassagem de potência, conforme estabelecido em regulação específica, a CCEE deve dar o tratamento necessário, previsto nas Regras de Comercialização, para refletir a alteração no percentual de desconto ou no tipo de energia, conforme o caso.
- 3.77. Empreendimentos de geração que utilizem fonte primária incentivada e não possuam garantia física definida por ato específico, com modalidade de despacho tipo II e III (hidráulicas) ou tipo IB, IIB e III (não-hidráulicas), para fins do lastro que será considerado no cálculo do desconto aplicável à TUST/TUSD, devem optar por:
- a) Montante de geração realizada em cada mês; ou
  - b) Média móvel da geração realizada no horizonte de doze meses.
- 3.78. Respeitados os prazos previstos neste Submódulo, a opção da premissa anterior deve ser realizada no momento da inclusão da usina no SigaCCEE e pode ser alterada no sistema para cada início de ano civil, sendo válida até o final do ano civil corrente.
- 3.79. A unidade geradora em operação comercial que venha a prestar serviço ancilar como compensador síncrono deve realizar a solicitação de alteração de cadastro no SigaCCEE, conforme os prazos indicados neste Submódulo.
- 3.80. O agente proprietário das unidades geradoras mencionadas na premissa anterior deve anexar na solicitação de alteração de cadastro das centrais geradoras (tipo MBU e MRU) a cópia do Contrato de Prestação de Serviços Ancilares – CPSA celebrado com o ONS.

- 3.81. Somente serão aceitas as solicitações para cadastro de ativos para ressarcimento da prestação de serviços ancilares como compensador síncrono caso o sistema de medição de geração bruta esteja em conformidade com o Anexo I do Módulo 12.2 dos Procedimentos de Rede - Medição para Faturamento e atenda ao disposto nos Procedimentos de Comercialização.
- 3.82. O gerador detentor de usina termoeletrica, com obrigatoriedade prevista em contrato para fechar o ciclo combinado, deve informar qual a unidade geradora que determinará a conclusão desse fechamento, ao solicitar a modelagem da usina no SigaCCEE.
- 3.83. A exclusão do cadastro de usina de propriedade de um não agente deve ser solicitada pelo seu agente representante, juntamente com o envio do Termo de Encerramento de Representação de Ativo(s) de Geração, por meio do SigaCCEE, exceto para os casos em que a representação da usina se dá por meio da comercialização varejista, pois estes devem observar também o Submódulo 1.6 – Comercialização Varejista.

### **Consórcio de geração**

- 3.84. Em nenhuma hipótese será admitida a adesão de consórcio de geração enquanto entidade desprovida de personalidade jurídica.
- 3.85. Todos os consorciados devem aderir à CCEE, mediante o envio de Carta para Atuação de Integrantes de Consórcio de Geração, anexa a este Submódulo, por meio do SigaCCEE, sem prejuízo do envio dos demais documentos necessários para a adesão, constantes no Submódulo 1.1 – Adesão à CCEE, respondendo de forma solidária pela integralidade das obrigações financeiras do ativo, inclusive para fins de desligamento da CCEE.
- 3.86. As solicitações de inclusão, alteração e exclusão de cadastros devem ser realizadas por um dos consorciados, que deve ser designado por todos os demais como responsável técnico do consórcio, conforme indicação no Termo citado na premissa anterior. Os consorciados respondem, de forma solidária, pelos resultados decorrentes da gestão empreendida por seu representante.
- 3.87. O responsável técnico do consórcio será o responsável perante a CCEE por todas as obrigações decorrentes da manutenção do cadastro de ativo(s) no SigaCCEE.

- 3.88. O rateio da(s) garantia(s) física(s) da(s) geração(ões) verificada(s) e demais parâmetros deve ser realizado conforme respectivos percentuais de participação constantes do contrato de concessão ou do contrato de constituição de consórcio apresentado ao Poder Concedente, conforme o caso.
- 3.89. Qualquer candidato a agente, integrante do consórcio de geração, pode ser o agente de medição responsável pelas atividades de cadastro do(s) ponto(s) de medição e de coleta e ajustes de dados de medição no SCDE.
- 3.90. As demais operações no âmbito da CCEE serão de responsabilidade de cada um dos consorciados.
- 3.91. O cadastro do ativo somente pode ser realizado com a aprovação da adesão de todos os consorciados.
- 3.92. A alteração do responsável técnico de modelagem deve ser formalizada pelo envio de uma nova Carta para Atuação de Integrantes de Consórcio de Geração.

#### **Cadastro de ativos na área de concessão ou de permissão de não agentes da CCEE**

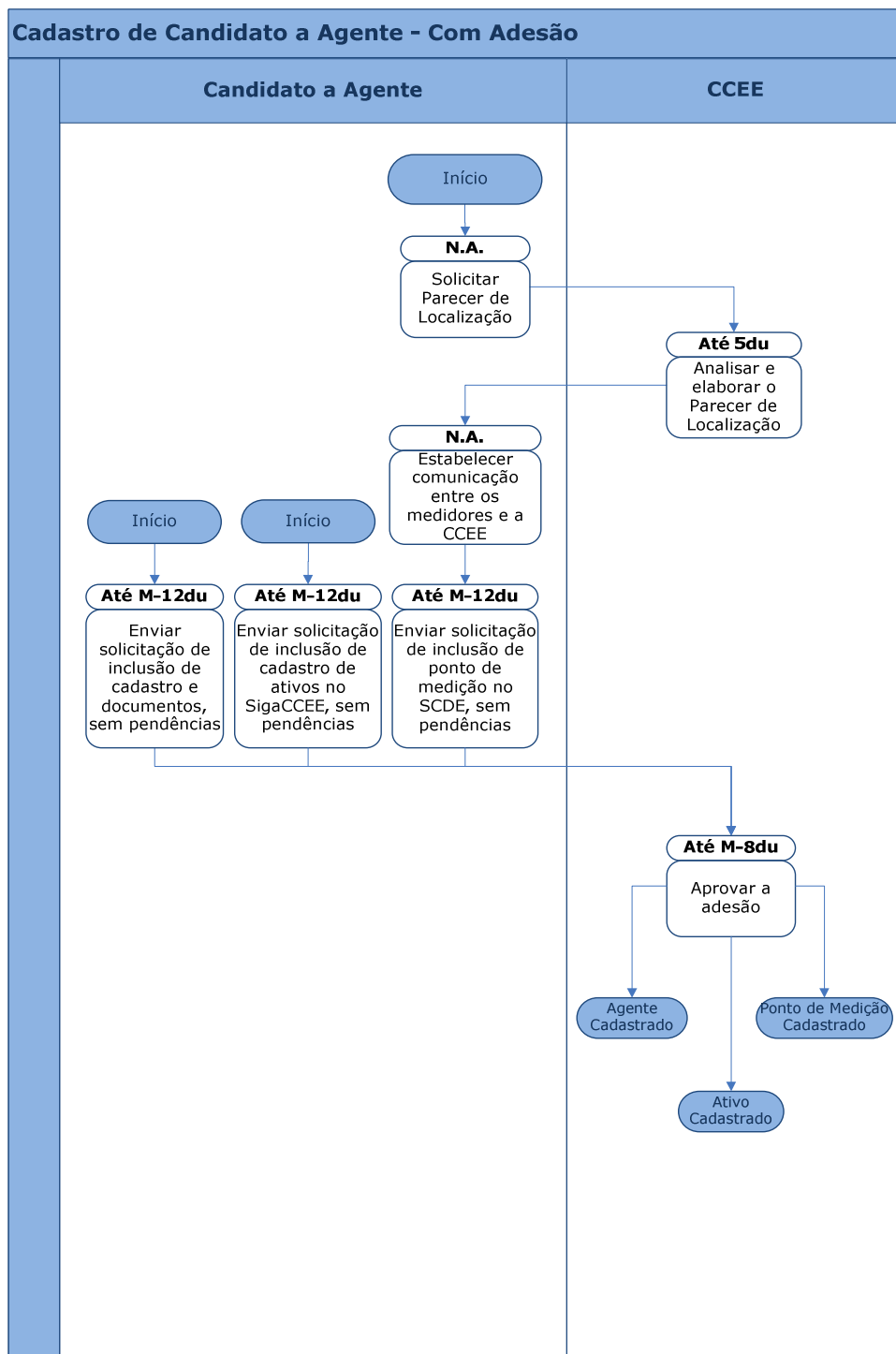
- 3.93. O proprietário do ativo que estiver na área de concessão ou de permissão de um não agente da CCEE, e desejar migrar para o Ambiente de Contratação Livre, deve comprovar todas as informações que inserir no SigaCCEE, anexando os documentos pertinentes.
- 3.94. Não será necessária a validação dessas informações pela concessionária ou permissionária de distribuição.

#### 4. LISTA DE DOCUMENTOS

DOCUMENTOS				Comercialização			Distribuição	Geração		
Descrição	DD	DF	DFR	CL	CE	COM	D	APE	PIE	G
<input type="checkbox"/> Contrato de Uso do Sistema de Distribuição – CUSD ou Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST para comprovação de carga (Caso aplicável)	✓			✓	✓			✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Faturas de energia/contas de fornecimento dos últimos meses de consumo cativo (Caso aplicável)	✓			✓	✓			✓	✓	
<input type="checkbox"/> Termo de Representação Operacional	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Termo de Representação para Assembleia Geral	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Termo de Alteração de Agente de Medição	✓		✓				✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Termo de Sucessão Parcial de Agente	✓		✓					✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Termo de Encerramento de Representação de Ativo(s) de Geração	✓		✓					✓	✓	✓
<b>Documento específico para comunhão de consumidores especiais</b>										
<input type="checkbox"/> Termo de Instituição de Comunhão de Fato ou de Direito, para conjunto de unidades consumidoras <i>Deverá constar do documento: I - compromisso de solidariedade entre os comungantes; II - indicação de seu representante legal; III - declaração de ciência única para todas as unidades comungantes de que a falta de pagamento de fatura de compra de energia ou de uso de sistema de distribuição poderá implicar interrupção do serviço para todas as unidades consumidoras, mesmo para as adimplentes, nos termos do art. 4º da Resolução Normativa nº 247, de 21 de dezembro de 2006; IV - No caso de unificação do conjunto de unidades consumidoras será necessária declaração assinada pelo(s) representante(s) legal(is), redigida de forma livre, de que as unidades estejam localizadas em áreas contíguas.</i>	✓		✓		✓					
<b>Documento específico para geradores participantes de consórcio</b>										
<input type="checkbox"/> Carta para Atuação de Integrantes de Consórcio de Geração	✓		✓					✓	✓	✓

<b>DD</b> Documento digitalizado	<b>DF</b> Documento na forma física	<b>DFR</b> Documento com firma reconhecida	<b>CL</b> Consumidor Livre	<b>CE</b> Consumidor Especial
<b>COM</b> Comercializador	<b>D</b> Distribuidor	<b>APE</b> Autoprodutor de Energia	<b>PIE</b> Produtor Independente	<b>G</b> Demais Geradores

## 5. FLUXO DE ATIVIDADES

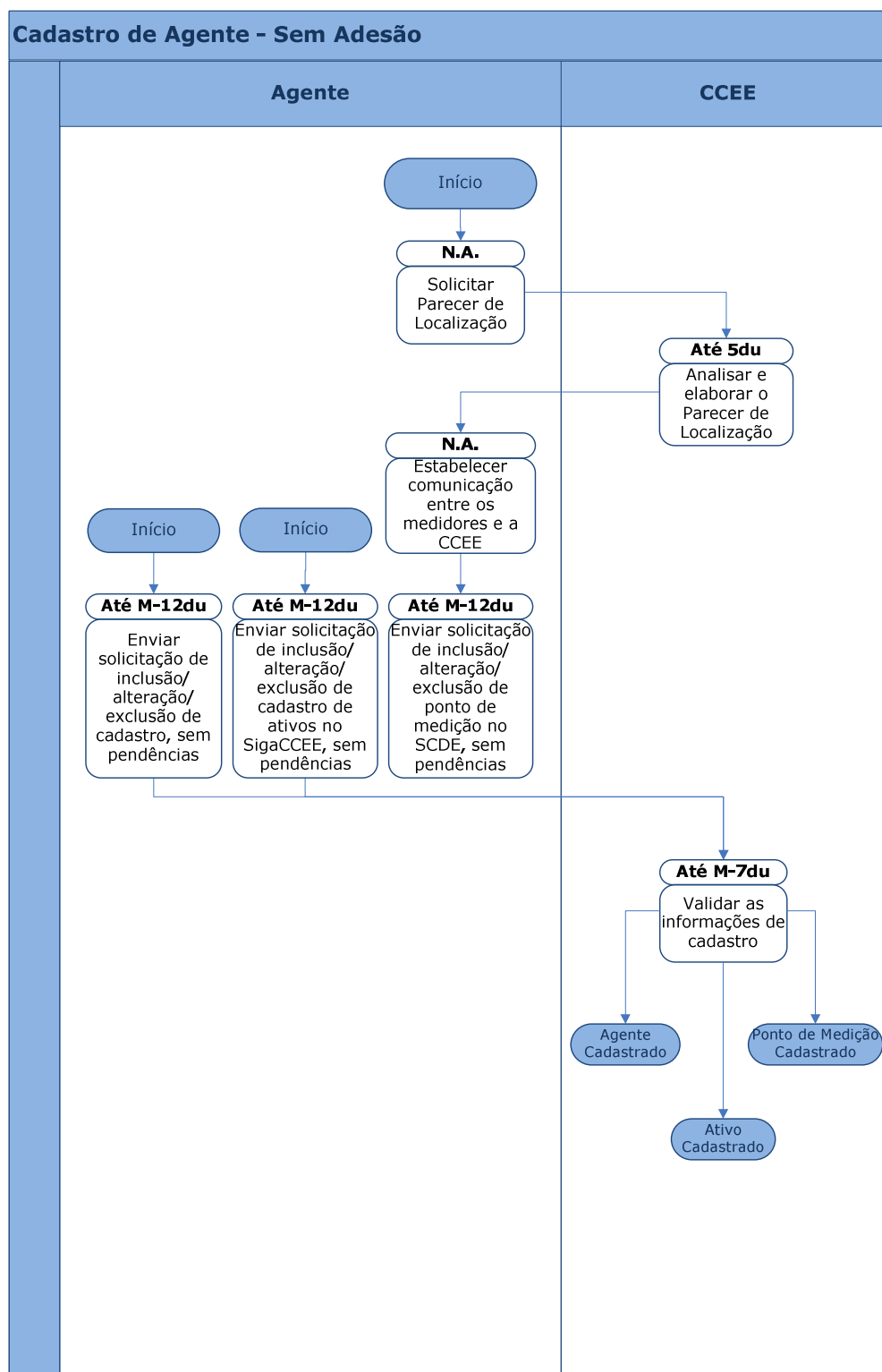


**Legenda:**

**N.A.:** Não aplicável

**M:** mês de operação de compra e venda de energia

**du:** dias úteis



**Legenda:**

**N.A.:** Não aplicável

**M:** mês de operação de compra e venda de energia

**du:** dias úteis

## 6. DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
Solicitar Parecer de Localização	Agente de Medição	O agente ou candidato a agente deve realizar sua solicitação por meio do SGP, encaminhando a documentação disposta neste Submódulo.	N.A
Elaborar Parecer de Localização	CCEE	A CCEE deve elaborar o parecer de localização com base na documentação encaminhada, no Módulo 12 dos Procedimentos de Rede e na legislação vigente, caso a documentação encaminhada esteja em conformidade. No ato da análise são criados os códigos dos medidores e respectivo ponto de medição, que são informados no mesmo documento.	Até 5du
Estabelecer comunicação entre os medidores e a CCEE	Agente de Medição	O agente deve entrar em contato com a CCEE para o estabelecimento da comunicação entre os medidores e o SCDE.	N.A
Enviar solicitação de inclusão de cadastro e documentos, sem pendências	Candidato a Agente	O candidato a agente deve realizar o cadastro dos dados diretamente no sistema, por meio do Conteúdo Exclusivo, bem como enviar os documentos estabelecidos neste Submódulo e no Submódulo 1.1 – Adesão à CCEE, por meio do SGP, sem pendências.	Até M-12du

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
Enviar solicitação de inclusão/alteração/exclusão de cadastro, sem pendências	Agente	O agente deve realizar o cadastro dos dados diretamente no sistema, sem pendências, por meio do Conteúdo Exclusivo.	Até M-12du
Enviar solicitação de inclusão de cadastro de ativos no SigaCCEE, sem pendências	Agente ou candidato a agente	O agente ou candidato a agente solicitante deve preencher as informações no SigaCCEE e obter as devidas validações dos agentes envolvidos conforme disposto neste Submódulo, sem pendências.	Até M-12du
Enviar solicitação de alteração/exclusão de cadastro de ativos no SigaCCEE, sem pendências	Agente	O agente solicitante deve preencher as informações no SigaCCEE e obter as devidas validações dos agentes envolvidos conforme disposto neste Submódulo, sem pendências.	Até M-12du
Enviar solicitação de inclusão de ponto de medição no SCDE, sem pendências	Agente de Medição	O agente ou candidato a agente deve solicitar a inclusão dos dados diretamente no sistema, sem pendências.	Até M-12du
Enviar solicitação de alteração/exclusão de ponto de medição no SCDE, sem pendências	Agente de Medição	O agente deve solicitar a alteração ou exclusão dos dados diretamente no sistema, sem pendências.	Até M-12du
Aprovar a adesão	CCEE	Conforme atividades estabelecidas no Submódulo 1.1 – Adesão à CCEE, no caso de candidatos a agente (em processo de adesão).	Até M-8du



ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
Validar as informações de cadastro	CCEE	A CCEE deve realizar as análises dos dados enviados e validar as informações nos sistemas impactados (quando não se tratar de processo de adesão).	Até M-7du

**Legenda:**

**N.A.:** Não aplicável

**M:** mês de operação de compra e venda de energia

**du:** dias úteis

## 7. ANEXOS

### 7.1 – Termo de Representação Operacional

#### TERMO DE REPRESENTAÇÃO OPERACIONAL

Escolher uma das opções abaixo para efetuar o preenchimento dos campos obrigatórios:

☐ **Inclusão / alteração de representação operacional:**

A empresa **<Nome empresarial do agente representado>**, sigla: **<Sigla na CCEE>**, inscrita no CNPJ sob nº: **<CNPJ>** ("Agente Representado"), Agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, vem, por meio deste, nomear e constituir como sua representante operacional a empresa **<Nome empresarial da representante>**, sigla: **<Sigla na CCEE>**, inscrita no CNPJ sob nº: **<CNPJ>** ("Representante"), outorgando-lhe poderes para o cumprimento de obrigações e exercício de direitos, observados os limites estabelecidos em Procedimento de Comercialização específico, podendo, para tanto, em nome dos interesses do representado, operacionalizar as rotinas inerentes às operações da CCEE. Além disso, é necessária a indicação/atualização dos representantes CCEE no Autocadastro e dos respectivos acessos no SGP.

☐ **Cancelamento de representação operacional, SEM indicação de novo representante:**

A empresa **<Nome empresarial do agente representado>**, sigla: **<Sigla na CCEE>**, inscrita no CNPJ sob nº: **<CNPJ>** ("Agente Representado"), Agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, vem, por meio deste, declarar expressamente o cancelamento da representação operacional firmada com a empresa **<Nome empresarial da representante>**, sigla: **<Sigla na CCEE>**, inscrita no CNPJ sob nº: **<CNPJ>** ("Representante"). A partir da data indicada neste documento, este signatário passa a atuar por sua própria conta e risco em relação às rotinas inerentes às operações da CCEE. Além disso, é necessária a indicação/atualização dos representantes CCEE no Autocadastro e dos respectivos acessos no SGP.

**<Local>**, **<Data>** de **<Mês>** de **<Ano>**

\_\_\_\_\_  
**<Nome do representante legal>**

**<Cargo>**

**<Nome empresarial do Agente Representado>**

\_\_\_\_\_  
**<Nome do representante legal>**

**<Cargo>**

**<Nome empresarial do Agente Representado>**

Este documento deve ser assinado com firma reconhecida pelo(s) representante(s) legal(is).

Observação: Em caso de cancelamento de representação operacional por iniciativa do Representante, este documento não deve ser enviado para a CCEE, devendo-se observar o procedimento indicado em premissa própria constante da seção "Representação Operacional" deste Submódulo.

## 7.2 – Termo de Representação para Assembleia Geral (Outorgado Pessoa Jurídica)

### TERMO DE REPRESENTAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL (Outorgado Pessoa Jurídica)

**OUTORGANTE:** <Denominação Social do Agente Outorgante>, Agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, com sede em <Endereço>, inscrita no CNPJ/MF sob nº <CNPJ>, neste ato representado por <Nome e Cargo do(s) Signatário(s)>

**OUTORGADO:** <Razão/Denominação Social do Agente Outorgado>, Agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, inscrito no CNPJ/MF sob nº <CNPJ>

**PODERES:** Pelo presente instrumento particular de mandato, o **OUTORGANTE** nomeia e constitui o **OUTORGADO** como seu bastante procurador, outorgando-lhe poderes para representá-lo nas Assembleias Gerais da CCEE, podendo, para tanto, em nome dos interesses do **OUTORGANTE**, manifestar-se e votar sobre as matérias a serem deliberadas.

**VIGÊNCIA:** O presente mandato tem vigência de <Prazo> a contar de sua assinatura.

Para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, a representação pelo **OUTORGADO** poderá ser feita através da(s) mesma(s) pessoa(s) física(s) indicada(s) por ele para comparecer(em) e votar(em) nas Assembleias Gerais, ou, ainda, pela nomeação de outra(s) pessoa(s) física(s) pelo **OUTORGADO**.

<Local>, <Data> de <Mês> de <Ano>

---

<Nome>  
<CPF>

---

<Nome>  
<CPF>

### 7.3 – Termo de Representação para Assembleia Geral (Outorgado Pessoa Física)

#### TERMO DE REPRESENTAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL (Outorgado Pessoa Física)

**OUTORGANTE:** <Denominação Social do Agente Outorgante>, Agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, com sede em <Endereço>, inscrita no CNPJ/MF sob nº <CNPJ>, neste ato representado por <Nome e Cargo do(s) Signatário(s)>

**OUTORGADO:** <Nome do(s) Procurador(es)>, inscrito no CPF/MF nº <CPF> e RG nº <RG>

**PODERES:** Pelo presente instrumento particular de mandato, o **OUTORGANTE** nomeia e constitui o(s) **OUTORGADO(S)** como seu(s) bastante(s) procurador (es), outorgando-lhes(s) poderes para representá-lo nas Assembleias Gerais da CCEE, podendo, para tanto, em nome dos interesses do **OUTORGANTE**, manifestar-se e votar sobre as matérias a serem deliberadas.

**VIGÊNCIA:** O presente mandato tem vigência de <Prazo> a contar de sua assinatura.

<Local>, <Data> de <Mês> de <Ano>

---

<Nome>

<CPF>

---

<Nome>

<CPF>

## 7.4 – Termo de Alteração de Agente de Medição do SCDE

### TERMO DE ALTERAÇÃO DE AGENTE DE MEDIÇÃO

Pelo presente instrumento, o Agente **<Nome empresarial do agente de medição atual>**, sigla: **<Sigla na CCEE>**, inscrito no CNPJ sob nº: **<CNPJ>**, com endereço em: **<Endereço completo>**, definido como Agente de Medição do SCDE do ponto de medição: **<Especificar o Ponto de Medição>**, de comum acordo com os demais Agentes da CCEE abaixo assinados, declara que a partir de **<Data>**, as atividades de Agente de Medição do Ponto de Medição acima serão executadas pelo Agente **<Nome empresarial do novo agente de medição>**, sigla: **<Sigla na CCEE>**, inscrito no CNPJ sob nº: **<CNPJ>**, com endereço em: **<Endereço completo>**.

**<Local>**, **<Data>** de **<Mês>** de **<Ano>**

---

**<Representante Legal do Agente de Medição Atual>**  
**<Agente de Medição Atual>**

---

**<Representante Legal do Novo Agente de Medição>**  
**<Novo Agente de Medição>**

O(s) Representante(s) Legal(is) deve(m) ter poderes para representar a Empresa, conforme disposto no Contrato ou Estatuto Social e Ata de Eleição de Diretoria, e deve estar com firma reconhecida.

## 7.5 – Termo de Sucessão Parcial de Agente

### TERMO DE SUCESSÃO PARCIAL DE AGENTE

Pelo presente termo, a empresa **<Nome empresarial do agente sucedido>**, sigla: **<Sigla na CCEE>**, inscrita no CNPJ sob nº: **<CNPJ>**, com endereço em: **<Endereço completo>**, Agente da CCEE, devidamente representada na forma de seu **<Estatuto Social/Contrato Social>**, e a empresa **<Nome empresarial do agente sucessor>**, sigla: **<Sigla na CCEE>**, inscrita no CNPJ sob nº: **<CNPJ>**, com endereço em: **<Endereço completo>**, devidamente representada na forma de seu **<Estatuto Social/Contrato Social>**, vem por meio deste, informar e declarar que:

A empresa **<Nome empresarial do agente sucessor>**, **<Perfil – ID CLIQCCEE>**, assume, a partir de **<mm/aaaa>**, toda e qualquer responsabilidade pelos direitos e obrigações, inclusive pretéritas e as decorrentes de eventuais recontabilizações, perante a CCEE, da empresa **<Nome empresarial do agente sucedido>**, **<Perfil – ID CLIQCCEE>**, no percentual de **<% de sucessão do Perfil>**.

**<Local>**, **<Data>** de **<Mês>** de **<Ano>**

---

**<Representante Legal do Agente Sucedido>**  
**<Cargo>**

---

**<Representante Legal do Agente Sucessor>**  
**<Cargo>**

Este documento deve ser assinado com firma reconhecida pelo(s) representante(s) legal(is).

Observação 1: Nos termos deste Submódulo, a sucessão parcial ora requerida deverá ser acompanhada da respectiva documentação comprobatória da transferência, de fato e de direito, dos direitos e obrigações entre as empresas requerentes, na porcentagem acima indicada, podendo a CCEE eventualmente solicitar documentação adicional, que seja necessária para sua análise.

Observação 2: Os requerentes são exclusivamente responsáveis pelas informações apresentadas neste documento, bem como pela solicitação expressa de eventuais medidas complementares (tais como transferência de contratos, por exemplo).

## 7.6 – Termo de Encerramento de Representação de Ativo(s) de Geração

### TERMO DE ENCERRAMENTO DE REPRESENTAÇÃO DE ATIVO(S) DE GERAÇÃO

Pelo presente instrumento, **<Nome empresarial do proprietário da usina>**, inscrita no CNPJ sob nº: **<CNPJ>**, com endereço em: **<Endereço completo>**, por meio de seu(s) representante(s) infra assinado(s), proprietário(s) legal(is) da(s) usina(s) **<Informar o nome e endereço completo da(s) Usina(s)>**, manifesta ciência de que o Agente da CCEE **<Nome empresarial do agente da CCEE>**, sigla: **<Sigla na CCEE>**, inscrita no CNPJ sob nº: **<CNPJ>**, com endereço em: **<Endereço completo>**, procederá com o encerramento da representação do(s) ativo(s) de medição associado(s) à(s) usina(s) acima citada(s), com o consequente término das operações realizadas por ele, no âmbito da CCEE.

**<Local>**, **<Data>** de **<Mês>** de **<Ano>**

---

**<Representante/Proprietário Legal da(s) Usina(s)>**  
**<Cargo>**

---

**<Agente da CCEE/Representante do(s) Ativo(s)>**  
**<Cargo>**

Observação 1: Para assinatura do Agente da CCEE, o(s) representante(s) legal(is) deve(m) ter poderes para representar a empresa, conforme disposto no contrato ou estatuto social e ata de eleição de diretoria.

Observação 2: As assinaturas do Representante/Proprietário Legal da(s) Usina(s) e do Agente da CCEE devem ter reconhecimento de firma.

## 7.7 – Carta para Atuação de Integrantes de Consórcio de Geração

### CARTA PARA ATUAÇÃO DE INTEGRANTES DE CONSÓRCIO DE GERAÇÃO

À Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

**<Endereço disponível no site da CCEE>**

A/C da Central de Documentação - CEDOC

A empresa **<Nome empresarial do consorciado>**, sigla: **<Sigla na CCEE>**, inscrita no CNPJ sob nº: **<CNPJ>**, com endereço em: **<Endereço completo>**, integrante do consórcio **<Nome empresarial do consórcio>**, neste ato representada por **<Nome do representante legal>**, vem, pela presente, informar que a adesão da empresa dar-se-á na forma de Consórcio de Geração, constante do Módulo 1 – Agentes, Submódulo 1.2 – Cadastro de agentes, dos Procedimentos de Comercialização.

Em decorrência da adesão à CCEE, os integrantes do consórcio **<Nome empresarial do consórcio>** declaram ter ciência e concordam expressamente:

- a) Cada integrante é responsável pela sua operação no âmbito da CCEE, sem prejuízo de responsabilidade solidária;
- b) A solicitação de modelagem e eventuais adequações no cadastro do ativo deve ser solicitada pelo responsável técnico de modelagem, indicado neste termo. Os consorciados respondem, de forma solidária, pelos resultados decorrentes da gestão empreendida por seu representante, inclusive para fins de desligamento da CCEE;
- c) Deve ser nomeado um agente ou candidato a agente, integrante do consórcio de geração, para exercer as atividades de agente de medição previstas no Módulo 12 dos Procedimentos de Rede.

As partes, por meio desse termo, indicam como responsável técnico de modelagem do ativo a empresa **<Nome empresarial do responsável>**, sigla: **<Sigla na CCEE>**, inscrita no CNPJ sob nº: **<CNPJ>**, sendo que a participação de cada consorciado se dará conforme a tabela a seguir:

Consortado	Participação no consórcio
<b>&lt;Nome empresarial&gt;</b>	<b>&lt;Valor %&gt;</b>
<b>&lt;Nome empresarial&gt;</b>	<b>&lt;Valor %&gt;</b>



<Nome empresarial>	<Valor %>
<Nome empresarial>	<Valor %>
<Nome empresarial>	<Valor %>

Os signatários têm ciência que o cadastramento da(s) parcela(s) de ativo que representa(m) a sua participação no consórcio está condicionado à eficácia da adesão de cada um dos consorciados, respeitado o disposto nas diretrizes sobre a adesão de consórcio e na documentação necessária para a adesão à CCEE, do Módulo 1 – Agentes, Submódulos 1.1 – Adesão à CCEE e 1.2 – Cadastro de Agentes, dos Procedimentos de Comercialização.

<Local>, <Data> de <Mês> de <Ano>

\_\_\_\_\_  
<Nome empresarial do consorciado>  
<Nome do Representante Legal>  
<Cargo>

\_\_\_\_\_  
<Nome empresarial do consorciado>  
<Nome do Representante Legal>  
<Cargo>

\_\_\_\_\_  
<Nome empresarial do consorciado>  
<Nome do Representante Legal>  
<Cargo>

\_\_\_\_\_  
<Nome empresarial do consorciado>  
<Nome do Representante Legal>  
<Cargo>

\_\_\_\_\_  
<Nome empresarial do consorciado>  
<Nome do Representante Legal>  
<Cargo>

Este documento deve ser assinado com firma reconhecida pelo(s) representante(s) legal(is).

## 7.8 - Termo de Instituição de Comunhão de Fato

### TERMO DE INSTITUIÇÃO DE COMUNHÃO DE FATO

Pelo presente instrumento, as partes a seguir qualificadas, devidamente representadas na forma do seu ato constitutivo, vêm, neste ato, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 247, de 21.12.2006, instituir comunhão de fato para serem representadas por **<Nome empresarial do agente ou candidato a agente Representante da Comunhão>**, inscrita no CNPJ sob nº: **<CNPJ>**, junto à CCEE, a partir de **<Data>**:

**<Nome empresarial da unidade consumidora do Representante da Comunhão>, <CNPJ>, <Endereço, Cidade, Estado, CEP>**

**<Nome empresarial da unidade consumidora Representada 1>, <CNPJ>, <Endereço, Cidade, Estado, CEP>**

**<Nome empresarial da unidade consumidora Representada 2>, <CNPJ>, <Endereço, Cidade, Estado, CEP>**

As partes que integram a comunhão declaram:

1. Ter plena ciência dos direitos e obrigações previstos na legislação e nas demais normas regulatórias em vigor, principalmente na Resolução Normativa ANEEL nº 247, de 21.12.2006 e no Submódulo 1.1 - Adesão à CCEE ou 1.6 - Comercialização Varejista, conforme o caso, assumindo o compromisso formal, expresso e inequívoco de cumprir integralmente suas obrigações;
2. Serem solidárias no tocante ao cumprimento de todas obrigações abarcadas na legislação e regulamentação aplicáveis ao setor elétrico;
3. Estarem cientes que o descumprimento de qualquer obrigação prevista na legislação e regulamentação aplicáveis ao setor elétrico, bem como das obrigações estatutárias no âmbito da CCEE pode implicar no desligamento da empresa do quadro de associados desta Câmara.

Qualquer alteração nas disposições deste Termo, ou alteração societária que resulte em fusão, cisão, incorporação e/ou dissolução de alguma das empresas signatárias, deve ser imediatamente informada à CCEE.

**<Local>, <Data> de <Mês> de <Ano>**

---

**<Nome empresarial do Representante da Comunhão>**

**<Nome do representante legal>**

**<Nome do representante legal>**

**<Cargo>**

**<Cargo>**

---

**<Nome empresarial da unidade consumidora Representada 1>**

**<Nome do representante legal>**

**<Nome do representante legal>**

**<Cargo>**

**<Cargo>**

---

**<Nome empresarial da unidade consumidora Representada 2>**

**<Nome do representante legal>**

**<Nome do representante legal>**

**<Cargo>**

**<Cargo>**

É necessário inserir a qualificação de todas as partes que integrarão a comunhão, num único Termo.

Este documento deve ser assinado com firma reconhecida pelo(s) representante(s) legal(is).

## 7.9 - Termo de Instituição de Comunhão de Direito

### TERMO DE INSTITUIÇÃO DE COMUNHÃO DE DIREITO

Pelo presente instrumento, as partes a seguir qualificadas, devidamente representadas na forma do seu ato constitutivo, vêm, neste ato, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 247, de 21.12.2006, instituir comunhão de direito para serem representadas por **<Nome empresarial do agente ou candidato a agente Representante da Comunhão>**, inscrita no CNPJ sob nº: **<CNPJ>**, junto à CCEE, a partir de **<Data>**:

**<Nome empresarial da unidade consumidora Representada 1>, <CNPJ>, <Endereço, Cidade, Estado, CEP>**

**<Nome empresarial da unidade consumidora Representada 2>, <CNPJ>, <Endereço, Cidade, Estado, CEP>**

**<Nome empresarial da unidade consumidora Representada 3>, <CNPJ>, <Endereço, Cidade, Estado, CEP>**

As partes que integram a comunhão declaram:

1. Ter plena ciência dos direitos e obrigações previstos na legislação e nas demais normas regulatórias em vigor, principalmente na Resolução Normativa ANEEL nº 247, de 21.12.2006 e no Submódulo 1.1 - Adesão à CCEE ou 1.6 - Comercialização Varejista, conforme o caso, assumindo o compromisso formal, expresso e inequívoco de cumprir integralmente suas obrigações;
2. Serem solidárias no tocante ao cumprimento de todas as obrigações abarcadas na legislação e regulamentação aplicáveis ao setor elétrico;
3. Estarem cientes que o descumprimento de qualquer obrigação prevista na legislação e regulamentação aplicáveis ao setor elétrico bem como das obrigações estatutárias no âmbito da CCEE pode implicar no desligamento da empresa do quadro de associados desta Câmara.

Qualquer alteração nas disposições deste Termo, ou alteração societária que resulte em fusão, cisão, incorporação e/ou dissolução de alguma das empresas signatárias deve ser imediatamente informada à CCEE.

**<Local>, <Data> de <Mês> de <Ano>**

---

**<Nome empresarial do Representante da Comunhão>**

**<Nome do representante legal>**

**<Nome do representante legal>**

**<Cargo>**

**<Cargo>**

É necessário inserir a qualificação de todas as partes que integrarão a comunhão, num único Termo.

Este documento deve ser assinado com firma reconhecida pelo(s) representante(s) legal(is).